



**ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ELIAS FERREIRA DE ALMEIDA FILHO**

PROJETO DE LEI Nº 20/2025.

**DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº
5.158 DE 15 DE SETEMBRO DE 2022, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ, APROVOU, E
EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º O §2º do Art. 1º da Lei 5.158/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º O Poder Executivo Municipal poderá realizar dar destinação adequada aos imóveis municipais no âmbito dos projetos de regularização fundiária de interesse social e específico, desde que observada a exigência do artigo 12, X, da Lei Orgânica do Município de Parauapebas.”

Art. 2º O Art. 4º passa a conter o seguinte inciso:

“Art. 4º Poderão requerer a Reurb:
[...]
VI – a Câmara Municipal de Vereadores.”

Art. 3º O Art. 19º da Lei 5.158/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. Instaurada a Reurb, compete ao município aprovar o projeto de regularização fundiária, do qual deverão constar as responsabilidades das partes envolvidas.

§1º Após a aprovação municipal, o projeto de regularização fundiária deverá ser encaminhado à Comissão Parlamentar Permanente competente, para análise e posterior deliberação pela Câmara Municipal de Vereadores e autorização da emissão da Certidão de regularização fundiária - CRF.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parauapebas, 28 de fevereiro de 2025.

**ELIAS FERREIRA DE ALMEIDA FILHO
VEREADOR - PV**



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ELIAS FERREIRA DE ALMEIDA FILHO

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa alterar dispositivos da Lei Municipal n.º 5.158/2022, que institui o Programa Municipal de Regularização Fundiária (Reurb) no Município de Parauapebas, com o intuito de ampliar a participação da Câmara Municipal de Vereadores no processo de regularização fundiária, assegurando maior transparência, controle social e segurança jurídica nas decisões relativas à destinação e legalização dos imóveis municipais.

A alteração proposta ao §2º do Art. 1º da Lei 5.158/2022 reforça a necessidade de observância do Art. 12, X, da Lei Orgânica do Município de Parauapebas, garantindo que a destinação de imóveis municipais no âmbito da Reurb ocorra em consonância com as normas estabelecidas no ordenamento jurídico municipal. Com isso, assegura-se maior alinhamento entre a política de regularização fundiária e os princípios de interesse público e transparência na gestão dos bens imóveis municipais.

A inclusão da Câmara Municipal de Vereadores como legitimada para requerer a instauração do processo de Reurb, por meio da alteração do Art. 4º da Lei, representa um avanço significativo na democratização do processo de regularização fundiária. Esse dispositivo permitirá que o Poder Legislativo, enquanto representante direto dos interesses da população, possa atuar de forma mais ativa na identificação e priorização de áreas que necessitam de regularização, fortalecendo a fiscalização e a legitimidade das ações municipais.

A alteração do Art. 19º da Lei 5.158/2022 reforça a necessidade de apreciação do projeto de regularização fundiária pela Câmara Municipal, por meio da análise da Comissão Parlamentar Permanente competente e posterior deliberação legislativa. Ademais, estabelece-se a exigência de autorização legislativa para a emissão da Certidão de Regularização Fundiária (CRF), garantindo maior segurança jurídica e transparência nos atos administrativos que envolvem a titulação dos imóveis regularizados.

Diante do exposto, a presente proposta legislativa busca garantir uma gestão fundiária mais transparente e participativa, promovendo o envolvimento efetivo da Câmara Municipal de Vereadores e fortalecendo o controle social sobre as ações do Poder Executivo no âmbito da Reurb. Assim, se



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ELIAS FERREIRA DE ALMEIDA FILHO

espera que as alterações propostas contribuam para a eficácia do Programa Municipal de Regularização Fundiária, garantindo um processo mais justo e alinhado aos interesses da população de Parauapebas.

Diante do exposto, é o que pretendemos que seja aprovado por nossos pares este Projeto de Lei.

Parauapebas, 28 de fevereiro de 2025.

ELIAS FERREIRA DE ALMEIDA FILHO
VEREADOR - PV